

16 FEV 2016

GAZETA DO POVO

# Teto FURADO

Cada procurador, promotor, juiz e desembargador do Paraná recebeu no ano passado, em média, mais de 20% acima do teto salarial, que é de R\$ 30,5 mil mensal. No mês de dezembro, cada magistrado ganhou R\$ 103,6 mil, em média.

# TJ e MP pagam supersalários de mais de 20% acima do teto

Na média, em 2015 procuradores e promotores ganharam 23% a mais. Juízes e desembargadores ficaram com 28% além do máximo legal

*Chico Marés, Euclides Lucas Garcia, Rogerio Waldrigues Galindo, Evandro Balmant e Guilherme Storck*

● Em 2015, magistrados do Poder Judiciário estadual e membros do Ministério Público do Paraná (MP) receberam, em média, mais de 20% acima do teto legal para cada um dos poderes — em valores brutos. A remuneração de juízes, desembargadores, promotores e procuradores foi complementada por indenizações, pagamentos retroativos e auxílios, incluindo o auxílio-moradia.

O teto salarial para membros de ambos os poderes é de R\$ 30.471,10 — o equivalente a 90,25% do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Considerando o 13.º e o adicional de férias, isso representaria, em um ano, R\$ 411,3 mil, em valores brutos. Mas, em média, cada magistrado paranaense recebeu R\$ 527,5 mil (28% acima do teto), e cada

membro do MP recebeu R\$ 507 mil (23% acima). Em ambos os casos, mais de um terço disso (38% no Judiciário e 36% no MP) se refere a auxílios, indenizações e pagamentos retroativos, que não são afetados pelo teto.

O auxílio-moradia é um dos fatores que eleva os vencimentos de magistrados e membros do MP acima do teto. Mas não é o único. A rubrica no Portal da Transparência que trata do auxílio-moradia inclui outros benefícios e verbas indenizatórias. Ela equivale a 11% da remuneração bruta dos magistrados e 12% dos membros do MP.

No caso do MP, um fator que elevou os vencimentos foi o pagamento de retroativos — cerca de 10% do total. Durante parte dos anos 90, o salário dos ministros do STF, que serve como referência para os salários de magistrados, procuradores e promotores, foi inferior ao dos parlamentares. Foi criado então, em 1998, o abono variável para compensar essa diferença.

Entre 1998 e 1999, porém, o valor pago em abono era inferior à diferença de salários. O MP continua pagando a diferença até hoje. Em nota oficial, o órgão declarou que houve uma preocupação de fazer esse pagamento aos poucos para “não comprometer outras atividades” da instituição — e, por causa disso, o Ministério Público não quitou esses pagamentos na mesma velocidade que outros estados. Segundo a instituição, “o principal já foi pago” e os juros e correção monetária foram recentemente quitados.

No caso do Tribunal de Justiça (TJ), a rubrica na qual pagamentos retroativos foram incluídos representa 24% do vencimento médio. Porém, a rubrica inclui também diversos outros tipos de pagamento, incluindo 13.º e abono de férias. A reportagem entrou em contato com o TJ, questionou os valores apresentados e perguntou se há situação similar envolvendo a magistratura, mas não teve resposta.

## R\$ 527,5 MIL NO TJ; R\$ 507 MIL NO MP

Esses foram os valores médios pagos em 2015 a cada juiz e desembargador pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) e a cada promotor e procurador pelo Ministério Público Estadual (MP). Os valores foram calculados pela **Gazeta do Povo** a partir de dados referentes à remuneração extraídos dos portais da transparência do MP e do TJ.

### CONTINUA

16 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



CONTINUA

## CONGRESSO

### Câmara vota projeto para regulamentar o teto constitucional

● A Câmara dos Deputados deve votar nas próximas semanas um projeto de lei do governo federal que pretende regulamentar o teto dos servidores públicos, na tentativa de impedir que gratificações, benefícios e outros "penduricalhos" façam com que o salário de funcionários públicos fique acima do determinado pela Constituição. Hoje, há diversos exemplos de servidores que ganham remuneração acima da dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) graças a manobras contábeis.

A proposta do governo foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara no ano passado, mas com mudanças que, mais uma vez, podem favorecer a "contabilidade criativa" dos três poderes, permitindo que os vencimentos fiquem acima do teto constitucional. No dispositivo que o governo pretende adotar, faz-se uma ampla lista de tudo que pode ser adicionado ao salário e do que está necessariamente limitado pelo teto.

### Uma CPMF

Reportagem publicada nesta semana pela **Gazeta do Povo** mostrou que, caso os "supersalários" fossem reduzidos ao teto em todo o Brasil, o país economizaria por ano o equivalente ao que o governo pretende arrecadar com a CPMF – cerca de R\$ 10 bilhões. (RWG)

16 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

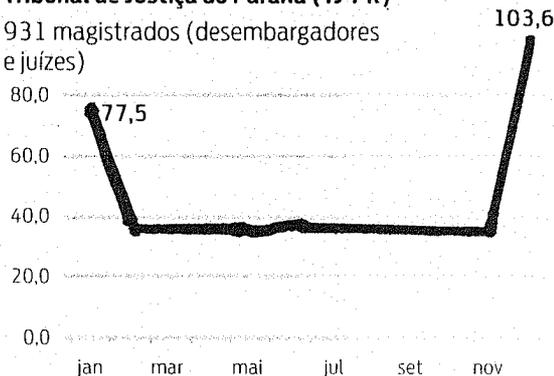
### SÜPERSALÁRIOS

Magistrados receberam, em média, vencimentos brutos mensais de R\$ 43,9 mil em 2015 – no mês de dezembro, esse valor chegou a R\$ 103,6 mil. Já os membros do MP receberam um pouco menos: “apenas” R\$ 42,2 mil mensais em média.

Média mensal do total de rendimentos brutos (em R\$ milhares)\*

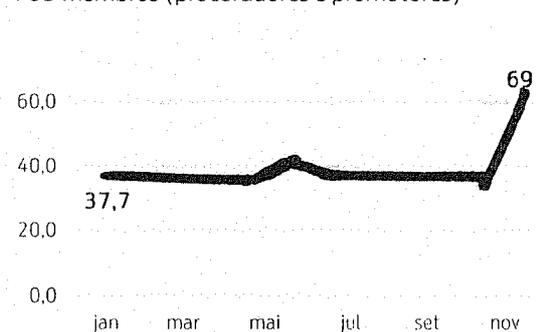
#### Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR)

931 magistrados (desembargadores e juizes)



#### Ministério Público do Paraná (MP-PR)

763 membros (procuradores e promotores)



\*Rendimento bruto equivale a todos os valores pagos aos membros antes dos descontos de Imposto de renda e Previdência. Fonte: Portais da transparência do TJ-PR e do MP-PR. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

# Em dezembro, vencimento médio de cada magistrado foi de R\$ 103,6 mil

No último mês de 2015, despesa do TJ com remuneração de juízes e desembargadores foi de R\$ 94,4 mi. Não são só o 13.º salário e o abono de férias que explicam o gasto

*Chico Marés*

● Apenas em dezembro de 2015, cada magistrado estadual do Paraná recebeu R\$ 103,6 mil brutos, em média, de remuneração. Ao todo, o Tribunal de Justiça (TJ) gastou só no último mês do ano passado R\$ 94,4 milhões com os vencimentos de juízes e desembargadores. Isso significa praticamente o triplo do que foi gasto, em média, entre os meses de fevereiro e novembro de 2015 — R\$ 32,2 milhões. No mês de janeiro de 2015, os gastos também foram atípicos: R\$ 72,1 milhões.

Por causa do 13.º salário e por ser o mês no qual vários magistrados escolhem tirar férias, dezembro, habitualmente, é quando mais se gasta com folha de pagamento. Entretanto, mesmo considerando isso, o valor é alto. O salário médio dos magistrados é de R\$ 27,5 mil. Mesmo que todos eles tirassem férias, isso significaria um gasto médio de R\$ 68,9 mil — com auxílios, o valor ficaria em cerca de R\$ 75 mil.

Até mesmo na comparação com dezembro de 2014 essa diferença chama a atenção. Naquele ano, cada magistrado recebeu em média R\$ 58,4 mil. Entre esses dois anos, houve um reajuste de 14%. Ainda assim, a média de vencimentos brutos subiu 77,5%.

#### Vantagens eventuais

A grande diferença de valores está na rubrica “vantagens eventuais”. Entre fevereiro e novembro, ela representou cerca de 4% dos vencimentos dos magistrados. Em dezembro, essa rubrica correspondeu a 66% dos gastos totais.

Parte disso é o 13.º e o abono de férias. Entretanto, esses dois pagamentos não seriam suficientes para causar a diferença. A rubrica inclui, ainda, gratificação natalina, antecipação de “gratificação natalina, serviço extraordinário, substituição, pagamentos retroativos, além de outras desta natureza”. Pelo alto número de gastos diferentes contabilizados juntos, é impossível saber, pelos dados, o que causou esse aumento.

Situação similar pode ser verificada no mês de janeiro de 2015, quando 58% dos gastos foram feitos na rubrica de gastos eventuais — no mês de dezembro anterior, mesmo com o 13.º, esse gasto representou 48% da folha.

#### Sem respostas

A reportagem contactou o Tribunal de Justiça (TJ) para esclarecimentos sobre esses pagamentos, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

## MP GASTA 83% MAIS EM DEZEMBRO

No Ministério Público Estadual (MP), os gastos com remuneração de procuradores e promotores em dezembro de 2015 cresceram 83% em relação a novembro — considerando o pagamento do 13º, não se trata de um acréscimo particularmente atípico. Os gastos com pagamentos retroativos caíram em relação aos outros meses.

**CONTINUA**

16 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

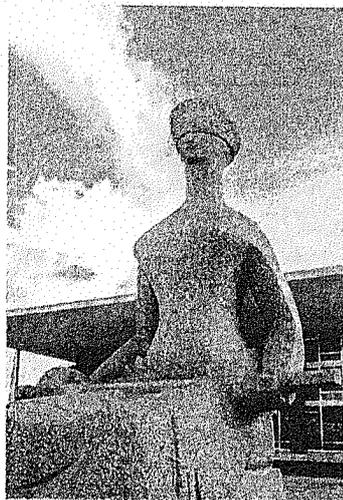
CONTINUAÇÃO

## Estudo mostra que Justiça do país tem custo desproporcional

Um estudo de 2015 do cientista político Luciano da Ros mostrou que o custo do sistema jurídico do Brasil está fora de comparação com o de outras democracias. Ao todo, o país gasta 1,8% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para bancar o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Advocacia Geral da União e as procuradorias estaduais — enquanto em países europeus esse gasto não passa dos 0,4% do PIB.

A maior parte desse dinheiro vai para o Judiciário. Ao todo, isso custa 1,3% do PIB do país. Segunda colocada entre os países comparados por Da Ros, a Venezuela gasta 0,34% com a Justiça, enquanto Espanha, Argentina, EUA, Inglaterra e Itália têm despesas de menos de 0,2%.

O número de juízes no país, porém, é considerado mediano — 8,2 para cada 100 mil habitantes, contra mais de dez na maioria dos países pesquisados. Por outro lado, a Justiça conta com 205 funcionários, incluindo assessores jurídicos e outros cargos de apoio aos magistrados, para cada 100 mil habitantes, contra menos de cem nos paí-



Estátua da Justiça: outros países têm menos gastos.

ses europeus. Situação similar é vista no Ministério Público. Nos países pesquisados onde há um órgão correspondente com orçamento próprio (Itália, Portugal, Alemanha e Espanha), seus gastos não passam de 0,1% do PIB — contra 0,34% no Brasil.

Da Ros, que é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), diz no estudo que, ainda que a desigualdade e a necessidade de um sistema jurídico sólido em um país que viveu anos sob uma ditadura sejam fatores importantes para o “encarecimento” da Justiça, a comparação com os vizinhos latino-americanos, que passaram por situação similar de regimes autoritários, mostra que o custo do Judiciário brasileiro é desproporcional. (CM)

## BOLO ORÇAMENTÁRIO Fundo de Participação dos Estados garantiu recursos extras para os pagamentos

A inclusão do Fundo de Participação dos Estados (FPE) na base de cálculo da divisão dos recursos entre os poderes do estado garantiu disponibilidade de verbas para o pagamento dos altos vencimentos de magistrados, procuradores e promotores. Desde 2011, as receitas do FPE são incluídas no bolo a ser distribuído. Em 2015, isso representou R\$ 428 milhões a mais para o Tribunal de Justiça (TJ), o Ministério Público (MP), o Tribunal de Contas (TC) e a Assembleia Legislativa — e, logicamente, R\$ 428 milhões a menos para o governo do estado.

### Diferença

No Ministério Público, a diferença entre o que foi pago aos membros do órgão e o teto constitucional custou R\$ 70 milhões — 74% dos R\$ 94,5 milhões ganhos a mais em 2015 com a inclusão do FPE. Já no Tribunal de Justiça, a proporção foi menor. O tribunal recebeu R\$ 219 milhões “extras” com o FPE. Os gastos com pagamentos acima do teto constitucional custaram R\$ 108 milhões — 49% dos recursos.

(CM e ELG)

CONTINUA

16 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sessão  
do TJ:  
"vantagens  
eventuais",  
que não são  
claramente  
definidas,  
elevam os  
rendimentos.



## MP discorda de promotor da Vara Militar sobre o dia 29

Diego Ribeiro

● O Ministério Público do Paraná (MP) discorda do parecer do promotor da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual (VAJME), Misael Duarte Pimenta, que, ao pedir o arquivamento do inquérito policial militar (IPM) sobre o dia 29 de abril de 2015, exaltou o trabalho da Polícia Militar do Paraná durante a operação que ficou conhecida como “Batalha do Centro Cívico”, quando mais de 200 pessoas ficaram feridas em um protesto contra mudanças na Paranaprevidência.

Em junho do ano passado, a força-tarefa montada no MP para investigar o caso propôs uma ação civil pública por improbidade administrativa

“Nós, da força-tarefa [do dia 29 de abril], que propusemos a ação civil pública sobre o caso (...) não concordamos com (...) a manifestação dele.”

Paulo Markowicz de Lima, um dos promotores da força-tarefa do dia 29 de abril.

Jonathan Campos/Gazeta do Povo



29 de abril de 2015: 200 saíram feridos de protesto no Centro Cívico.

contra o governador do Paraná, Beto Richa; o ex-secretário da Segurança Fernando Francischini; os coronéis da PM César Kogut, Arildo Luís Dias, Nerino Mariano de Brito; e o tenente-coronel Hudson Teixeira. A parte criminal da investigação foi enviada a Procuradoria Geral da República, em razão do foro privilegiado do governador. Lá será definido se a parte dos policiais será julgada no âmbito local. Até o fechamento desta edição, o juízo da VAJME ainda não havia decidido sobre o arquivamento do IPM. Se não houver arquivamento, o procedimento deve seguir para a procuradoria geral do MP para verificar a necessidade de novas diligências.

## CELSO NASCIMENTO

**COLETIVO**

### Além do jurídico 1

Não é de hoje que o promotor Misael Duarte Pimenta expõe seu ideário político nas peças processuais que lhe caem às mãos. Ele atua já há bastante tempo na Auditoria Militar e costuma opinar sobre os grupos com os quais, eventualmente, a Polícia Militar entra em confronto. Em 2000, por exemplo, quando num embate na BR-277 o tiro de um soldado matou um dos sem-terra que marchavam para Curitiba, definiu o MST como “uma milícia à margem da lei, da moral e da razão”.

### Além do jurídico 2

Agora, ao pedir o arquivamento do inquérito que apurou a “Batalha do Centro Cívico”, de 29 de abril de 2015, o promotor definiu os eventos como “coisas genuinamente próprias de facções radicais e regimes político-ideológico sectários e corruptos”. Isentar os soldados de culpa porque cumpriam ordens superiores é uma coisa; externar juízos pessoais subjetivos, de natureza política, é ir além das questões jurídicas.

16 FEV 2016

## GAZETA DO POVO

● ESQUEMA DE CORRUPÇÃO

# MPF estuda processar partidos por prejuízo causado à Petrobras

Procuradores da Lava Jato avaliam pedir na Justiça a devolução da verba desviada. Ação seria inédita no país

| *Kelli Kadanus e Katna Baran*

● O Ministério Público Federal (MPF) estuda a possibilidade de pedir judicialmente a responsabilização dos partidos envolvidos na Operação Lava Jato pelos prejuízos causados à Petrobras. A medida, inédita no país, teria como objetivo a devolução do dinheiro desviado da estatal.

“Estamos analisando qual é a responsabilidade dos partidos pelo prejuízo porque a regra do nosso direito é a de que quem causou prejuízo tem que ressarcir”, diz o procurador do MPF Paulo Galvão. Ele explica que há situações em que as siglas estão diretamente envolvidas.

“É uma responsabilização nunca feita, mas juridicamente óbvia. Assim como as empresas têm que devolver [o

dinheiro da corrupção], os parlamentares têm que devolver. Por que os partidos não teriam que devolver?”, questiona Galvão.

Entre os partidos que podem ser responsabilizados estão o PT, PP e o PMDB. Mas o MPF também estuda a participação do PTB — sigla do senador Fernando Collor. Nesse caso, o MPF vai avaliar se havia um envolvimento partidário ou apenas de Collor.

A força-tarefa da Lava Jato descobriu que cada diretoria da Petrobras era comandada por um partido: Abastecimento (pelo PP); Serviços (PT) e Internacional (PMDB). Segundo delatores, cada contrato era superfaturado em 3% do valor original e a propina era dividida entre funcionários da Petrobras, políticos, partidos e operadores.

## MORO AVISATSE SOBRE PROPINA

Em sentenças, o juiz Sergio Moro também ressaltou que delatores da Lava Jato admitiram terem repassado propina a partidos por meio de doações eleitorais oficiais e não registradas. Em ofício dirigido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele sugere que a Corte ouça alguns colaboradores. No documento, ele informa ainda que enviará ao TSE dados que eventualmente confirmem que propina do esquema da Petrobras abasteceu campanhas eleitorais. Desde outubro, o juiz já enviou ao tribunal uma série de documentos que foram anexadas em uma das quatro ações que pedem a cassação da presidente Dilma Rousseff.

---

“As empresas têm que devolver [a verba desviada], os parlamentares têm que devolver. Por que os partidos não?”

Paulo Galvão, procurador da força-tarefa da Lava Jato.

16 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

## **LEI ANTICORRUPÇÃO Responsabilização pode levar até a dissolução de siglas**

► O advogado especialista em Direito Eleitoral Fernando Borges Manica afirma que a responsabilização dos partidos é prevista na Lei 12.846/2013, a Lei Anticorrupção – que, apesar de não elencar expressamente as siglas políticas, prevê a responsabilização da pessoa jurídica por atos contra a administração pública. Para ele, a responsabilidade da legenda pode ser presumida, ou seja, se um dirigente afirma que recolhia propina em nome de um partido, a sigla também pode ser considerada responsável pela corrupção. A lei prevê ainda que, além da devolução dos valores desviados, o partido também tenha suas atividades suspensas e seja mesmo até dissolvido.

Para o cientista político do grupo Uninter Doacir Quadros, a possível responsabilização dos partidos em casos de corrupção deve comprometer as campanhas. “Ocorre primeiramente um impacto financeiro aos partidos e, como boa parte do Fundo Partidário é direcionado às campanhas, elas estariam comprometidas. Outro efeito é na sociedade civil. Certamente há uma ameaça à imagem do partido com a punição”, diz. Para ele, a inédita punição aos partidos seria benéfica. “Isso permite maior controle da agremiação.”

16 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

## More no Castelo

O juiz Sérgio Moro é o convidado do primeiro jantar-debate do Lide Paraná do ano. O encontro será no dia 9 de março, no Castelo do Batel. Moro dará a palestra "Empresas e Corrupção" aos filiados da seção paranaense do Grupo de Líderes Empresariais, a convite de Fabrício de Macedo. No ano passado, o convidado foi o ex-presidente do STF, Joaquim Barbosa.

## PAIXÃO



16 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

# Empresário relata achaque dentro da Receita

Outros dois empresários foram ouvidos  
na primeira audiência da Operação  
Publicano 1 e admitiram ter pagado propina  
ao grupo de auditores

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

**U**m empresário do setor de comunicação visual relatou ontem, perante o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, como resistiu à exigência de propina por parte de parte de auditores da Receita Estadual de Londrina. Ele foi uma das sete pessoas que prestou depoimento na primeira audiência do processo relativo à Operação Publicano 1, que apura a existência de um organização criminosa atuando no órgão fazendário.

Corroborando a fala do empresário, o advogado Charles Ribeiro disse, em entrevista, que os achaques começaram em 2011, quando a auditora Rosângela Semprebom começou a fiscalizar a empresa. Ela teria agido com abuso, retirando documentos e fazendo ameaças. Posteriormente, dentro da Receita, os auditores Luiz Antonio de Souza – irmão de Rosângela e hoje o principal delator do esquema – e Márcio de Albuquerque Lima, então chefe da Delegacia da Receita de Londrina, fizeram

o pedido de propina, disse o advogado. Lima é apontado pelo MP como líder da organização criminosa.

Como o empresário se recusou a pagar, foi autuado. “Foram 12 autos de infração que somavam R\$ 4,4 milhões. Em dois casos, reconhecemos e recolhemos os tributos. Em dez, fizemos as defesas. Em um dos casos, foram mais de 15 mil laudas que eles exigiram”, recordou-se Ribeiro. Segundo ele, nove multas foram administrativamente revistas e uma aguarda julgamento. “Não sucumbimos à pressão e fizemos questão de participar da apuração da verdade para ver se a gente contribui para a correção do funcionalismo público. O caminho certo ainda vale a pena.”

**CONTINUA**

16 FEV 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Outros dois empresários foram ouvidos ontem. Ambos admitiram ter pagado propina ao grupo de auditores que, segundo a acusação do MP, tinha como líder Márcio de Albuquerque Lima. Os dois, porém, por decisão dos promotores, em acordo de delação premiada, não foram incluídos como réus. Foram sim arrolados como testemunhas do processo. Tal fato ensejou questionamentos de advogados dos réus.

Pediram que as testemunhas que haviam sido investigadas na Publicano 1 – e que acabaram não se tornando réus – não fossem ouvidas, uma vez que teriam interesse no processo. O juiz acolheu parcialmente a tese, permitindo o depoimento, mas não como testemunhas e sim como informantes.

“Isso não causa qualquer prejuízo. A própria lei prevê este tipo de situação”, avaliou a promotora do Gaeco Leila Schimit, que acompanhou a audiência. Sobre os demais depoimentos, considerou proveitosas as declarações. “Nossa avaliação é de que houve confirmação praticamente integral de todos aqueles fatos (alegados na denúncia), sobretudo dos empresários que participaram dessas situações envolvendo pagamento ou solicitação de propina com rela-

ção à prática da corrupção passiva tributária e corrupção ativa.”

Os defensores também apontaram outras supostas irregularidades processuais, como falta de acessos a documentos relativos às medidas cautelares de interceptação telefônica, que não havia de gravação de tais diálogos e que volume extenso de documentos foi junto ao processo em prazo exíguo, sem tempo hábil para a leitura dos advogados.

Nanuncio, no entanto, considerou que todos os arquivos estavam disponíveis no processo; que a transcrição das gravações não é necessária; e que a juntada de documentos se deu, inclusive, em prazo superior ao que exige a lei.

As alegações de irregularidades e a leitura das mais de 150 páginas da denúncia para as testemunhas fizeram com que o início propriamente dos depoimentos começasse apenas às 15h30. A sessão foi aberta às 13h30, na sala do Tribunal do Júri e um centena de pessoas, incluindo réus, advogados e jornalistas, acompanharam os depoimentos.

Em princípio, 11 testemunhas arroladas seriam ouvidas. No entanto, três foram dispensadas e uma pediu adiamento para sexta-feira.

Para hoje, foram convocadas mais 11 pessoas. Ao final das audiências, que têm 73 réus e 70 fatos criminosos, devem ser ouvidas 44 testemunhas de acusação, 187 de defesa e 52 réus que moram em Londrina. Os demais serão interrogados em suas comarcas.

### CONDICIONAL

Cinco dos 73 réus do processo relativo à Operação Publicano 1 obtiveram o benefício da suspensão condicional do processo, desde que cumpram acordos firmados ontem perante o juiz da 3ª Vara Criminal. Luciane Tutida, Avelino de Souza Santos, Tatiane Vieira, Juliana Biz Camargo e Josemar Batista faziam jus ao benefício porque os crimes atribuídos a eles eram considerados de menor potencial ofensivo, ou seja, tinham pena máxima de dois e quatro anos de prisão.

Pelo acordo, eles devem prestar serviços à comunidade ou entregar cestas básicas no montante de R\$ 2 mil para a primeira ré e de R\$ 1 mil para os demais. A entidade beneficiada será o Hospital do Câncer de Londrina. Outra regra é que nos próximos dois anos não se ausentem da Comarca sem autorização judicial e se apresentem em juízo a cada 30 dias.

16 FEV 2016

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Nossa 'Lava Jato'

No Paraná a nossa "Lava Jato" é tanto a Publicano quanto a Quadro Negro porque atingem duas secretarias básicas num tempo de crise, a Fazenda, encarregada do ajuste fiscal, e a Educação, exatamente o nosso presente e nosso futuro, ambos sem clareza. Começou ontem em Londrina a série de audiências que ouvirá em 25 dias os 52 réus que moram na cidade, 44 testemunhas de acusação e 187 de defesa. Tanto um processo como o outro devemos à persistência e agudeza de um Ministério Público independente, o que não houve no caso rumoroso do massacre de 29 de abril na Auditoria Militar ao postar-se pelo arquivamento e vendo coragem e não covardia nas ações dos milicianos, o que decorre da cultura corporativa. Mas foi o MP também que, em função dos atos de beligerância, enquadrou tanto o governador como seus auxiliares diretos da área de segurança pelo crime de improbidade.

A tentativa de sugerir que havia proporção entre as forças militares e a daqueles que faziam protesto contra o assalto aos fundos da Parana Previdência lembra em muito o argumento do lulopetismo de que a corrupção é uma componente normal na vida brasileira. É num caso e no outro uma agressão à inteligência, mas que projeta as suas afinidades de uma forma de socialdemocracia que não hesita em valer-se do fascismo e da roubalheira, vertidos em forma extrema de cinismo, para afirmar-se.

# FOLHA DE LONDRINA

WALMOR MACCARINI

## A farra pública com nosso dinheiro

16 FEV 2016

Quando um parlamentar aceita um ganho poluído, mais todas aquelas verbas de representação, mordomias e outros vergonhosos privilégios, e não tem a hombridade de posicionar-se contra isso - mesmo que em prejuízo próprio - ele é um aproveitador, parente próximo do corrupto. No caso do segmento mais numeroso da esfera política, o dos deputados federais, eles trabalham pouco e se loqueletam com um privilegiado salário, ajuda de custos, auxílio moradia, cotão, verba de gabinete para até 25 funcionários cada, para não falar das denúncias de propinagem.

No dia a dia novas revelações de desmandos vão aflorando (aí incluídos também prefeitos e agentes públicos), e tantas são que a população vai perdendo a memória e já não se lembra das de ontem... Há a corrupção genérica da aceitação pacífica de benesses tidas como legais, e há a de mão dupla, em que operam o receptor e o pagador. A concessão de um ministério aqui, um cargo acolá, um favorecimento mais adiante, sem vantagem para os cidadãos, são idênticas formas de corrupção. Com o Senado, as quatro dezenas de ministérios, as assembleias legislativas e até câmaras de vereadores, a proporcionalidade dos usos e costumes viciosos é equivalente. E mais o inchaço do funcionalismo excedente, o dos apaniguados. Haja impostos (e arrecadações lotéricas envoltas em brumas) para cobrir isso! Dinheiro que sai do meio circulante, e faz falta. Muitas vezes falei do idêntico montante de gastos para manter os 54 deputados do Paraná. Agora sabe-se que para 2016 o quinhão que lhes cabe é de R\$ 657 milhões, ou em torno de R\$ 1,8 milhão ao dia. Quantas obras públicas, sobretudo de atendimento social, se fariam com essa fortuna! Fala-se que a Casa tem 1,3 mil funcionários. As câmaras municipais também consomem muito. A de Londrina tem cerca de R\$ 13 milhões em caixa, dinheiro que veio sendo guardado como fundo para restauração do próprio edifício. É do regimento, mas evidencia que dinheiro público não falta... Nenhuma empresa particular de porte médio pode disponibilizar de tão substancial fundo de reserva. O abuso reside na prodigalidade dos gastos, que são estabelecidos por normas tidas como legais, porque são eles mesmos, os parlamentares, que as criam. Como a história do arqueiro que primeiro atirava a flecha e depois fazia um círculo ao redor do ponto atingido, e assim sempre acertava na mosca... Eles criam leis e cargos que os beneficiam, e dizem: estamos dentro da legalidade.

WALMOR MACCARINI é jornalista em Londrina

16 FEV 2016

# FOLHA DE LONDRINA INFORME

## **Londrinenses no comando**

Vão até o dia 26 de fevereiro as inscrições de candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Paraná, que responde pelo Ministério Público (MP) Estadual. A eleição para escolher o substituto do procurador Gilberto Giacoia acontece no dia 14 de março e devem estar na disputa os londrinenses Claudio Esteves e Bruno Galati. Hoje procuradores de justiça, os dois já estiveram à frente de investigações como o caso Ama/Comurb e a recente Operação Publicano, em Londrina. Após a votação, uma lista tríplice com os mais votados é apresentada ao governador Beto Richa (PSDB) que escolhe o novo comando do MP.

## **Eterno 29 de abril**

A decisão do Ministério Público (MP) do Paraná de pedir o arquivamento do inquérito policial militar relativo aos casos de lesão corporal ocorridos no dia 29 de abril de 2015, tomada na sexta-feira passada, repercutiu ontem na Assembleia Legislativa (AL). Naquela ocasião, 213 pessoas, a maioria servidores públicos que protestavam contra a reforma na Parana Previdência, ficaram feridas. "Se houve uma manifestação do MP, acredito que há razões suficientes para essa decisão. Não cabe a mim opinar. É extremamente jurídico", disse o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB).

## **'Exitosa'**

O promotor Misael Duarte Pimenta Neto, da Vara da Auditoria Militar em Curitiba, chamou de ação "concluída exitosamente" e elogiou a atuação dos policiais militares durante a manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Paraná. Já a força-tarefa da Promotoria, que também investiga o episódio e tem ação contra o governador Beto Richa (PSDB), vê precipitação no pedido de arquivamento. O grupo quer enviar, ao promotor e ao juiz que analisará o pedido, provas adicionais do que classifica de excesso praticado pelos PMs.

## **O processo**

Segundo o promotor de Justiça Paulo Lima, não houve provas suficientes que indicassem os autores das agressões. A solicitação de arquivamento foi encaminhada para a Justiça Militar, que deverá se manifestar nos próximos dias. Lima esclareceu que, caso novas provas apareçam, o inquérito pode ser reaberto. Outras investigações sobre o caso continuam em andamento, na Procuradoria-Geral da República (PGR), por abuso de autoridade, explosão de artefato e utilização de gás asfixiante. Em junho do ano passado, o MP também ajuizou uma ação civil pública contra o governador por improbidade administrativa. O então secretário estadual de Segurança, Fernando Francischini (SD), e o ex-comandante da PM César Kogut também são réus.

16 FEV 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## TRE-SP está apto a julgar caixa 2, diz presidente

Empossado, Devienne Ferraz conduzirá as eleições municipais deste ano no Estado

Após tomar posse, nesta segunda-feira (15), o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, desembargador Mário Devienne Ferraz, afirmou que a corte está apta a julgar todo tipo de denúncia relativa às eleições municipais de 2016.

Ele será o responsável por conduzir os trabalhos relacionados ao pleito em todo o Estado —em São Paulo, mais de 32 milhões irão às urnas para eleger 645 prefeitos e cerca de 6.000 vereadores.

A eleição deste ano contará com várias mudanças nas regras eleitorais. A principal delas diz respeito ao financiamento das campanhas, que não poderão mais receber contribuições de empresas.

Questionado sobre as dificuldades com a fiscalização de possível aumento na prática do caixa 2, o desembargador disse que contará com o apoio de instituições e da sociedade para coibir o crime.

“Se chegarem à corte denúncias ou evidências aqui ou ali, qualquer tipo de fraude à eleição, compra de votos, o tribunal está preparado para assumir esses processos e julgá-los. Para isso, precisamos contar com o Ministério Público, OAB e toda a sociedade civil”, afirmou.

Em janeiro, em entrevista à **Folha**, o também juiz do TRE-SP André Lemos Jorge afirmou que o veto às doações empresariais aumentaria o caixa dois nas campanhas.

### TRAJETÓRIA

Devienne Ferraz, 62, é egresso do Tribunal de Justiça de São Paulo e atua no TRE-SP desde 2010. Foi juiz suplente por dois biênios e, em 2013, foi eleito vice-presidente e corregedor da Justiça Eleitoral paulista.

Também tomou posse, nesta segunda, o desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padi, como vice-presidente do tribunal.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewadski, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Dias Toffoli, e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), estiveram presentes à cerimônia de posse. (GABRIELA TERENCE)



Mário Devienne Ferraz, novo presidente do TRE-SP

16 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Propina para campanha foi provada, diz juiz

Moro afirmou ao TSE que, se novos indícios de irregularidades aparecerem, eles serão repassados ao tribunal

## Procurador-geral recomendou a rejeição de uma das ações contra Dilma em curso no tribunal eleitoral

O juiz Sérgio Moro informou ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) estar “comprovado” que propinas da corrupção na Petrobras abasteceram campanhas políticas por meio de doações oficiais e que deverá enviar novos dados para o órgão.

Desde outubro de 2015, o juiz responsável pelas investigações da Lava Jato no Paraná já enviou ao TSE, a pedido do próprio tribunal, uma série de documentos e provas que foram anexadas em uma das quatro ações que pedem a cassação da presidente Dilma Rousseff e de seu vice, Michel Temer.

Moro afirmou que “reputou-se comprovado o direcionamento de propinas acertadas no esquema criminoso da Petrobras para doações eleitorais registradas [na Justiça Eleitoral]”. O despacho ao TSE é do dia 6 de outubro.

Moro faz referência a uma ação penal envolvendo executivos da empreiteira Mendes Junior, da Setal Óleo e Gás e o suposto repasse de R\$ 4 milhões ao PT. Neste processo foram condenados o ex-tesoureiro do partido João Vaccari Neto e o ex-diretor da Petrobras Renato Duque, que é acusado de intermediar repasses para os petistas.

A informação foi antecipada pelo site na revista “Veja” neste domingo (14).

No despacho, Moro afirmou ainda que se novos elementos de irregularidades em doações eleitorais surgirem, eles serão repassados ao TSE.

“Há diversas investigações em curso que eventual e incidentalmente poderão confirmar outros repasses de propinas a campanhas eleitorais. Caso algo da espécie seja constatado, encaminharei as informações pertinentes”.

O juiz recomendou ainda que o tribunal ouvisse para a instrução do processo delatores da Lava Jato que “declararam que parte dos recursos acertados no esquema criminoso da Petrobras era destinada a doações eleitorais registradas e não-registradas”.

Também em uma das quatro ações que pedem a cassação de Dilma na Justiça Eleitoral, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que as acusações para justificar a perda de mandato do chefe do Executivo precisam ser “já à primeira vista, gravíssimas”.

A manifestação de Janot foi enviada ao TSE para recomendar a rejeição de uma das duas AIJEs (Ação de Investigação Judicial Eleitoral) que pedem a perda do mandato de Dilma e de Temer.

O parecer do procurador-geral é de agosto de 2015. A ação está com a corregedora do TSE, ministra Maria Thereza de Assis Moura.

“As condutas imputadas aos representados, em considerável medida, ou não tiveram o grau de ilicitude atribuídos pela representante ou não os beneficiaram diretamente, ou tiveram pouquíssimos desdobramentos. Esta Procuradoria não se convenceu, a partir das alegações e provas constantes destes autos, da existência da gravidade necessária a autorizar a aplicação de sanções previstas na Lei Complementar 64 de 1990 [que trata de casos de cassação]”, completou.

16 FEV 2016

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

### GAVETA FECHADA

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve julgar nesta quarta (17) se União, Estados e municípios podem ter acesso aos dados bancários de contribuintes sem autorização judicial.

#### **GAVETA 2**

Em 2001, o Congresso Nacional aprovou lei que permite a agentes fiscais tributários pesquisar dados bancários “quando houver processo administrativo ou procedimento fiscal em curso”. Ações questionam a regra, que seria inconstitucional. E dizem que dados só poderiam ser acessados depois da autorização de um juiz, o que hoje não é necessário.

#### **GAVETA 3**

O advogado Luiz Gustavo Bichara, que é procurador tributário da OAB e defenderá no STF a posição da entidade, autora de uma das ações diz que “esta é sem dúvida uma das causas mais importantes que a corte vai julgar em questões fiscais”. A ordem defende que a Justiça tenha “o monopólio da primeira palavra” sobre a quebra de sigilos no Brasil.

16 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

## Ex-diretor do Theatro Municipal tem bens bloqueados pela Justiça

José Luiz Herencia é investigado por desvio de recursos públicos

GUSTAVO FIORATTI  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Investigado por desvio de recursos públicos e por lavagem de dinheiro, o ex-diretor geral da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, José Luiz Herencia, teve bens de seu patrimônio bloqueados pela Justiça no mês passado.

A decisão judicial, à qual a **Folha** teve acesso, foi emitida no dia 15 de janeiro.

Entre os itens listados estão três terrenos em Ilhabela e dois imóveis na capital paulista, além de quatro automóveis. Com o bloqueio, o investigado apenas deixa de poder vender os bens, mas pode utilizá-los.

Nem todos as posses estão em nome de Herencia. Os terrenos no litoral pertencem a sua mãe, Sílvia Flávia Herencia de Castro, e um dos apartamentos, localizado na rua Minas Gerais, a Gabriela Martins Moraes, citada pelo documento como ex-namorada de Herencia. A decisão judicial bloqueou contas bancárias dos três investigados e de empresas relacionadas a eles.

O documento cita uma movimentação financeira de Herencia totalizando o valor de R\$ 2,7 milhões entre janeiro e junho de 2014, além de outros valores milionários movimentados por uma conta em nome de sua mãe.

À **Folha**, Herencia diz que não criará "obstáculos para que o Ministério Público realize seu trabalho e apure qualquer denúncia relativa ao Theatro Municipal de São Paulo". "No curso do inquérito tudo será esclarecido", diz.

O investigado pediu exoneração de seu cargo em novembro do ano passado e, em dezembro, foi alvo de mandados de busca e apreensão do Gedec (Grupo Especial de Delitos Econômicos do Ministério Público).

A operação visava documentação guardada por Herencia em sua residência e em outros imóveis usados por ele.

A investigação não se restringe ao período em que ele trabalhou no Municipal e cobre até os anos em que exerceu o cargo de secretário de políticas culturais no Ministério da Cultura (2009-2010).

16 FEV 2016

## BEM PARANÁ

### STELLA WINNIKES

#### **Cerimônia empossa novo presidente do tribunal regional eleitoral do PR**

Fotos: Divulgação

Toma posse o desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen como presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Os ministros Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), e Antônio Dias Toffoli, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), compareceram à



solenidade. Tomasi Keppen cumprirá mandato de um ano e substitui o desembargador Jucimar Novochadlo. O desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira assume a vice-presidência e corregedoria regional eleitoral. Também participaram da cerimônia de posse os presidentes da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano; do Tribunal de Justiça, Paulo Vasconcelos; e do Tribunal de Contas, Ivan Bonilha.

# JORNAL DO ÔNIBUS

## MP diz que promotor fala por ele mesmo sobre o 29 de abril

Nota afirma que entidade não concorda com parecer sobre arquivamento

O Ministério Público do Paraná divulgou nota ontem para afirmar que o parecer do promotor da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual (VAJME), Misael Duarte Pimenta, é individual e que não corresponde ao pensamento da entidade. O promotor pediu o arquivamento do inquérito policial militar sobre o dia 29 de abril, exaltou o trabalho da Polícia Militar do Paraná durante a operação que ficou conhecida como "Batalha do Centro Cívico". Mais de 200 pessoas ficaram feridas naquela ocasião.

Em junho do ano passado, a força-tarefa montada para investigar a Batalha do Centro Cívico propôs uma ação civil pública (ACP) por improbidade administrativa contra o governador do Paraná, Beto Richa, o ex-secretário da Segurança Fernando Francischini, os coronéis da PM César Kogut, Arildo Luís Dias, Nerino Mariano de Brito e o tenente-coronel Hudson Teixeira. A parte criminal desta investigação foi encaminhada a Procuradoria Geral da República, em razão do foro privilegiado do governador. Lá deverá haver uma análise para definir se a parte dos policiais será julgada no âmbito local. ●

16 FEV 2016

16 FEV 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Notas políticas

#### Moro alerta TSE

Em ofício enviado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em outubro do ano passado, o juiz Sérgio Moro, afirmou que "seria talvez oportuno" que delatores do esquema de corrupção da Petrobras fossem ouvidos dentro de uma ação que investiga a eleição da presidente Dilma Rousseff e do vice Michel Temer. O juiz também informou que, em uma das sentenças que proferiu no caso, ficou comprovado o uso de propina para doações eleitorais.

#### Sem sigilo

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu derrubar o sigilo da denúncia contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apresentada em agosto do ano passado pela Procuradoria Geral da República. As peças haviam sido retiradas do acesso público em outubro do ano passado.

#### Odebrecht quase condenado

O juiz Sérgio Moro rejeitou nesta segunda-feira (15) uma série de pedidos apresentados pela defesa de Marcelo Odebrecht, réu por crimes investigados pela Operação Lava Jato. Na sexta (12), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) determinou que Moro deveria analisar os pedidos dos advogados – antes, ele havia se recusado a julgar os pedidos.

## TRIBUNA DO PARANÁ

#### PETROCAMPANHA

O juiz federal Sérgio Moro informou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que delatores da Operação Lava Jato confirmaram desvio de dinheiro da Petrobras para doações eleitorais registradas e não registradas. No ofício, enviado ao TSE em outubro e tornado público ontem, Moro aceitou pedido de compartilhamento das provas das investigações, mas informou que não é possível enviar ao TSE cópias de centenas de processos. No entanto, o juiz remeteu cópia das delações e demais provas sobre o suposto repasse de propinas para campanhas eleitorais.

#### DE OLHO

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que as próximas eleições municipais poderão ser abastecidas com recursos desviados da Petrobras. Ele anunciou a criação de uma área de Inteligência no TSE, cuja presidência assume em maio, para que o país "não seja surpreendido" no pleito. "Se de fato houve apropriação de recursos ilícitos, pode ser que esses recursos venham para as eleições como caixa 2 ou até como caixa 1. Vamos ter as doações de pessoas físicas. Pode ser que esses recursos sejam dados a essas pessoas para que façam a doação aos partidos políticos ou aos candidatos. Tudo isso precisa ser olhado com cautela", alertou.

16 FEV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Moro confirma propinas em doações eleitorais

Juiz federal informou ao TSE que delatores confirmaram desvio de dinheiro da

Petrobras para doações eleitorais registradas e não registradas

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, informou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que delatores confirmaram desvio de dinheiro da Petrobras para doações eleitorais registradas e não registradas. O ofício foi enviado em outubro do ano passado ao TSE e tornou-se público ontem.

No documento, Moro aceitou pedido de compartilhamento das provas das investigações, mas informou que não é possível enviar ao TSE cópias de centenas de processos. No entanto, o juiz remeteu cópia das delações e demais provas sobre o suposto repasse de propinas para campanhas eleitorais.

“Saliento que os criminosos colaboradores Alberto Youssef [doleiro], Paulo Roberto Costa, [ex-diretor da Petrobras] Pedro Barusco [ex-gerente da estatal], Augusto Mendonça Neto [empresário], Milton Pascowitch [lobista] e Ricardo Pessoa [executivo da empreiteira UTC] declararam que parte dos recursos acertados no esquema criminoso da Petrobras era destinada a doações eleitorais registradas e não registradas”,

informou o juiz.

As informações foram solicitadas no ano passado pelo então corregedor da Justiça Eleitoral, João Octávio de Noronha, na ação de investigação eleitoral em que o PSDB pleiteia a cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff e do vice, Michel Temer.